

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

WEMERSON GARCIA FERREIRA JUNIOR

SEXUALIDADE E GÊNERO - PODER E PERFORMANCE:
CONSTITUIÇÕES E PRODUÇÕES DO SUJEITO

UBERLÂNDIA-MG

2021

WEMERSON GARCIA FERREIRA JUNIOR

**SEXUALIDADE E GÊNERO - PODER E PERFORMANCE:
CONSTITUIÇÕES E PRODUÇÕES DO SUJEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Graduação
em Filosofia do Instituto de Filosofia da
Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito obrigatório para obtenção
do título de Licenciatura em Filosofia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Fillipa Carneiro
Silveira

UBERLÂNDIA-MG

2021

WEMERSON GARCIA FERREIRA JUNIOR

**SEXUALIDADE E GÊNERO: PODER E PERFORMANCE NAS
CONSTITUIÇÕES E PRODUÇÕES DO SUJEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Graduação
em Filosofia do Instituto de Filosofia da
Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito obrigatório para obtenção
do título de Licenciatura em Filosofia.

DATA: ___/___/___

RESULTADO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Fillipa Carneiro Silveira (orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Filosofia

Prof.^a Dr. José Benedito de Almeida Jr.
Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Filosofia

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Edvani Ferreira de Souza, minha mãe, por todo esforço em dar as melhores condições possíveis a mim e minha irmã durante toda a vida, por ter sido o firmamento capaz de estruturar nossa família em meio a tantas dificuldades. Que a vida não cesse de lhe retribuir tanta luta e amor dedicados a seus filhos. Além de lhe agradecer pelo esforço, agradeço que sinta orgulho de mim simplesmente por ser quem eu sou.

Agradeço minha família pela rede de apoio constante, que me deu segurança e afeto em todos esses anos, principalmente minhas irmãs Arielle e Emanuely. Agradeço ainda pela oportunidade de ser tio da criança mais linda de todas, minha pequena sobrinha Isadora, obrigado por serem luz em minha vida.

Agradeço ao Bruno, meu namorado, por ser o companheiro de todas as horas desde 2017 e estar sempre comigo para enfrentar os momentos difíceis e para celebrar os momentos de alegria, sem você teria sido muito mais difícil passar por essa etapa da minha vida. Espero viver muitos momentos de companheirismo e afeto ao longo de nossas vidas.

Agradeço aos meus amigos de universidade, em especial Adilson e Michele. Adilson, lhe agradeço por ser meu amigo e irmão por tantos anos, por ser quem eu conversava sobre tudo, por ser companheiro de alegrias e de frustrações, por dividir o aluguel comigo, e pelas boas cervejas e festas que me acompanhou, torço para que ainda hajam bons momentos para nós no futuro, te desejo muito sucesso. Michele, já te agradei tantas vezes, mas não deixaria de registrar isso aqui, obrigado por cuidar de mim num momento de tanta urgência e de tanto medo e desespero, estou certo de que só estou podendo escrever esse agradecimento pela ajuda imensurável que você me deu. Amigos, espero profundamente que o tempo e a vida retribuam a bondade e parceria de vocês.

Agradeço à Prof. Dra. Fillipa Carneiro Silveira, professora responsável por me reanimar no processo da graduação, por me mostrar e despertar o interesse em Foucault, por involuntariamente me lembrar os porquês de cursar filosofia e querer ser professor e, ainda, muitos outros conhecimentos que levarei para a vida. Obrigado por me orientar neste trabalho com muito zelo e paciência, por me mostrar novos horizontes e por

acreditar no meu trabalho e na minha escrita. Espero poder estudar e aprender mais com você, professora.

Agradeço meus professores, em geral (incluo aqui meu professor de filosofia do ensino médio, Carlos), por me possibilitarem o conhecimento, por me mostrarem que a filosofia é sensacional e, claro, necessária para a sociedade e para as pessoas. Obrigado por me inspirarem com suas falas.

Agradeço a Universidade Federal de Uberlândia, que enquanto instituição pública cumpre um papel essencial na vida de muitas pessoas, e que foi o suporte que precisei durante esses anos de graduação. Obrigado pelas oportunidades oferecidas, pela preocupação em auxiliar os estudantes e pelo belo trabalho desenvolvido nas mais diversas áreas de conhecimento com que trabalha.

Por último, agradeço a mim, por arriscar e me mudar para Uberlândia mesmo sem condições materiais de me manter, mas principalmente por suportar as consequências das escolhas que fiz. Agradeço também pelo cuidado e respeito que cultivei em mim, por entender meus limites e por priorizar minha saúde quando deveria.

RESUMO

Esse trabalho percorre a influência da prática discursiva e de poder sobre a sexualidade, sobre gênero e sobre o sujeito. Influência essa que constitui, contingência e impõe uma série de comportamentos e formas do sujeito exercer sua sexualidade. Com a análise central da genealogia sobre a sexualidade desenvolvida na “*História da Sexualidade Vol. I – A vontade de Saber*”, de Michel Foucault, estabelecemos uma perspectiva sobre a atuação do poder, assim como faz o autor, esclarecendo o posicionamento da repressão e de sua função secundária no sistema produtivo do poder; da implantação e construção árdua de uma verdade do sexo; e do dispositivo de sexualidade que atua nos moldes do poder positivo para produzir e constituir a sexualidade diretamente nos corpos assujeitados. Entendendo a visão foucaultiana, abordamos no momento seguinte o sujeito que fora constituído dessas várias relações e contingências. Com a ajuda de Judith Butler e sua obra “*Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*”, traçamos uma visão possível de um sujeito que não seja meramente produzido, que sofre passivamente, isto é, determinado pelo que fizeram dele, de sua sexualidade e de seu gênero. Desse modo, traçar os termos pelos quais o sujeito tem alguma possibilidade de subversão das práticas históricas e discursivas do poder.

Palavras-chaves: Sexualidade, gênero, sujeito, poder.

RESUMÉ

Ce travail porte sur l'influence de la pratique et du pouvoir discursifs sur la sexualité, sur le genre et sur le sujet. Cette influence constitue, contingence et impose une série de comportements et de manières pour le sujet d'exercer sa sexualité. Avec l'analyse centrale de la généalogie sur la sexualité développée dans *Histoire de la sexualité I – La volonté de savoir*, de Michel Foucault, nous établissons une perspective de l'action du pouvoir, comme le fait l'auteur, éclairant le positionnement du refoulement et de son fonction secondaire dans le système productif du pouvoir; l'implantation et la construction ardue d'une vérité sexuelle; et le dispositif de la sexualité qui agit dans le moule du pouvoir positif pour produire et constituer la sexualité directement dans les corps des sujets. Comprenant la vision foucauldienne, nous avons abordé le sujet qui était constitué de ces diverses relations et contingences dans l'instant suivant. Avec l'aide de Judith Butler et de son ouvrage *Gender Trouble – Feminism and the Subversion of Identity*, nous esquissons une vision possible d'un sujet qui n'est pas simplement produit, qui souffre passivement, c'est-à-dire déterminé par ce qu'ils ont fait de lui, son la sexualité et son genre. De cette façon, dessiner les termes par lesquels le sujet a une certaine possibilité de subversion des pratiques historiques et discursives du pouvoir.

Mots-clés : Sexualité, genre, sujet, pouvoir.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 – O discurso sobre a sexualidade e a vontade de saber	11
1.1 – A hipótese repressiva.....	11
1.2 – Da repressão à incitação dos discursos.....	15
1.3 – O dispositivo de sexualidade	21
Capítulo 2 – Sujeito, identidade e performatividade	27
2.1 – Sujeitos constituídos.....	27
2.2 – Sexualidade e gênero.....	31
2.3 – Performances de gênero e formas de exercer sexualidade	36
Considerações finais.....	43
Referências	44

INTRODUÇÃO

Esse estudo é motivado e iniciado e pela seguinte questão: qual o papel da repressão em nossas sexualidades? Por que somos tão marcados – principalmente as sexualidades fora da curva heteronormativa imposta na sociedade – pela repressão em relação a nossa liberdade e autonomia de nossos próprios corpos? Para buscar a análise do tema, a obra central que baseou toda a primeira parte desse estudo foi a “*História da Sexualidade Vol. I – A vontade de Saber*”, de Michel Foucault.

Foucault começa a obra citada acima justamente buscando respostas para essa questão, mas veremos que ele parte de uma crítica da repressão enquanto constituidora da sexualidade como conhecemos hoje. Aqui é importante estar atento ao risco de se supor que o autor desconsidera a repressão, ou mesmo, que a repressão não faça parte de fato dos controles e domínios sobre o sexo e dos corpos dos sujeitos. Não é o caso, e o autor reitera isso algumas vezes. A repressão existe e incide, de fato, de forma brutal sobre os corpos e sexualidades. Todavia, Foucault se esforça em desenvolver uma genealogia da história da sexualidade, e isso requer que o objetivo da análise não seja meramente uma origem da sexualidade, ou mesmo uma instância única, como a repressão, que teria mudado todo o rumo de nossas condições. Requer, na verdade, que percebamos como, de modo processual na história, se deram os termos que contingenciaram a sexualidade, isto é, os termos pelos quais a sexualidade se desenvolveu e, por consequência, desenvolveu a sociedade tal como a conhecemos.

O objetivo, segundo o autor, está justamente em buscar os fundamentos da sexualidade no desenvolvimento processual e histórico da sexualidade na modernidade. Sendo essa a busca, ele trabalha para mostrar como a repressão e a defesa dessa perspectiva – nomeada *hipótese repressiva* – não são os fundamentos principais pelos quais a sexualidade é constituída na sociedade ocidental. Ora, não sendo a repressão a responsável pelo que nossa sexualidade se tornou, o que, ou quem, é então responsável? Foucault responderá: são as práticas discursivas e os dispositivos do poder os responsáveis pelo que conhecemos da sexualidade e de nós mesmos.

Que as respostas introduzidas nessa apresentação do trabalho não sejam confundidas com a sintetização necessária neste momento. A complexidade desses objetos é justamente o caminho que guia esse estudo.

Para entender esse ponto, é importante dizer que o que se entende por constituição (do sexo, do sujeito, etc.) é justamente o aspecto produtivo/positivo. É exatamente no teor produtivo que a repressão não pode ser fundamento da sexualidade, pois nessa relação ela é a negação. A ideia é, então, que por meio dos discursos e práticas de um poder que é onipresente, a sexualidade definitivamente não fora interdita, mas incitada por diversos mecanismos de controle e proliferação.

A sexualidade na sociedade ocidental teria, então, sido literalmente produzida. Passando por ambientes diversos cujo interesses na sexualidade eram muito diversos. A sexualidade, então, parece ter sido formulada em certos moldes de cuidados, de patologizações, de normatização jurídica, de controle social e geopolítico, em moldes morais, enfim, por todos os lugares e instituições da sociedade.

Veremos que a instância do poder responsável pela disseminação do discurso sobre o sexo e, mais ainda, pela produção de uma verdade sobre ele é o que Foucault chamou de *dispositivo de sexualidade*. É esse dispositivo, de modo positivo/produtivo que dá ao poder sua onipresença, sua forma metamórfica, além do acesso aos corpos e a possibilidade de assujeitamento dos indivíduos.

Mas, no desenvolver da obra, Foucault – não intencionalmente – denota ao sujeito e a sexualidade certa determinação, pois esse poder parece se sobrepor a qualquer possibilidade de libertação dos sujeitos e de suas sexualidades. O próprio filósofo reconhece esse aspecto na obra seguinte, no segundo volume da *História da Sexualidade*.

Buscaremos delinear as problematizações que surgiram dessa constituição determinadora sobre o sujeito, a fim de buscar certa possibilidade e autonomia do próprio sujeito. E é nesse cenário de um sujeito determinado e marcado que recorreremos a Butler, autora que trabalha justamente com a filosofia foucaultiana e com o método genealógico para tratar e dar novos rumos aos temas da sexualidade, do sujeito, de gênero e identidade.

Butler nos mostra como as condições limitadoras que o poder impõe sobre o sujeito e sobre a sexualidade – e também, veremos, sobre o gênero e sobre nossas identidades – podem ser superadas. O que parece abrir a possibilidade de o sujeito se

reconhecer e poder agir de alguma forma sobre si mesmo, e sobre as contingências e constituições produzidas pelo poder e seus diversos mecanismos.

Capítulo 1 – O discurso sobre a sexualidade e a vontade de saber

1.1 – A hipótese repressiva

Neste primeiro capítulo faremos o esforço de remontar a análise de Foucault em sua obra “*História da Sexualidade Vol. I – A vontade de Saber*”¹. Temos o intuito inicial de entender as condições a que foram estabelecidas a prática e o discurso sobre a sexualidade, para isso, começaremos buscando entender o papel e a localização da repressão à sexualidade. Assim, colocar em perspectiva o percurso descrito por Foucault a fim de entender de fato como foi o desenvolvimento histórico da sexualidade nas sociedades ocidentais. É essencial então considerarmos, assim como Foucault, a questão repressiva – mesmo que dela se desenvolvam críticas ou mais questões ao longo deste trabalho.

A repressão à sexualidade, pensada em termos do senso comum, é algo intrínseco à sociedade atual, não é novidade nem mesmo a quem não se debruce a trabalhos filosóficos, sociais ou históricos. O aspecto repressivo está, de algum modo, presente na vida das pessoas. E Foucault (1988) não rejeita a existência da repressão da sexualidade em nossas vidas. Mas a coisa parece ser um pouco mais complexa que isso.

A análise de Foucault inicialmente buscará no período vitoriano os aspectos históricos relevantes para entender como a sexualidade se desenvolveu em nossa sociedade, isto é, como a modernidade tratou o tema da sexualidade, dos desejos e dos prazeres do corpo desde então. O autor inicia a sua obra justamente abordando a questão da repressão, mais especificamente os locais em que era permitido se falar de sexo e aqueles em que esse discurso era proibido. Aparentemente, no entanto, em algum momento do século XVII, o assunto sexo teria passado de uma certa franqueza a um certo aspecto secreto, e a ser tratado então de modo normativo, com certo pudor. Uma certa normatização e regulação aparece então em volta do falar do sexo, do fazer sexo. Uma restrição nesse momento apenas à geração e reprodução: não seja com esse objetivo, que então o sexo e as sexualidades sejam enterrados ou, como descreve o filósofo sobre as

¹ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. / Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988

sexualidades tidas como ilegítimas, marginais, sem perspectiva de reprodução na sociedade burguesa:

“[...] que vão incomodar noutra lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro. [...] Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo”. (FOUCAULT, 1988, p. 10)

A burguesia assume um papel oportuno na relação do poder e da sexualidade. O fator de se marginalizar as sexualidades ilegítimas e realocá-las num papel estritamente de consumo na sociedade, como que se dissesse a elas, e aos sujeitos que vivenciam tais sexualidades, que não há uma função possível para eles no mundo ocidental capitalista, que usa a reprodução humana como forma paralela de reprodução desse sistema econômico. Um oportunismo repressivo dos meios de produção? O sexo tomaria um lugar de futilidade na perspectiva produtivista da economia. Ainda mais numa época em que se tem como foco explorar a força de trabalho dos sujeitos da sociedade, não seria conveniente para quem detém o poder que os prazeres e os desejos individuais tomassem essa força e energia da qual o trabalhador precisa.

O sexo e o discurso sobre ele teriam então de achar um lugar de segredo na sociedade, algo sobre que se teria de falar baixo, com pudor, principalmente se o mesmo não tiver a perspectiva da reprodução, como citado acima. Esse movimento teria transferido o sexo e seus murmúrios para outras localizações da sociedade, como a prostituição, enquanto forma sigilosa, que desloca o tema do sexo do ambiente familiar em direção às ruas, em busca dos prazeres e dos desejos do corpo; ou, ainda, em sinal de tratamento-doença, onde se inicia a relação de poder sobre o sexo numa realidade psiquiátrica, que faz do sexo algo a ser tratado, comumente de uma perspectiva de loucura, pejorativa. Então, a era vitoriana e o século XVII teriam sido marcados pela tentativa, de algum modo, de esconder o sexo, interditar os prazeres e fazer com que não se falasse desse assunto? Foucault responde a essa questão de maneira fundante para essa análise: o sexo não estaria desde a Idade Média sendo realmente mutado, silenciado, reprimido. Pelo menos não o sexo em si, e não seu discurso. O que está posto neste percurso são mudanças na forma como se tratou o sexo. Há aqui um controle do que é o discurso sobre o sexo e do que são suas práticas, onde e como ele deve ser tratado e permitido, e das regras e normas a que esse discurso obedece.

Não obstante, Foucault (1988) mostrar o porquê, de modo tão veemente, reafirmamos a repressão enquanto constituinte do nosso sexo e de nossas vidas. É justamente pela ilusão de que podemos nos libertar dessa repressão, é por acreditar que já fomos ou que podemos ser livres em relação a nossa sexualidade. Ele entende que o falar de sexo nesses termos nos coloca ilusoriamente em posição de transgressão, onde o poder e a lei não alcançariam, nos coloca num lugar de antecipação a uma liberdade almejada em formato de utopia. O autor reafirma sua perspectiva dizendo que há muito só falamos do sexo fazendo “pose”, como se não estivéssemos falando dele. Isto é, reprodutores desse aspecto discursivo da repressão, considerando, julgando que estamos transgredindo normas, em ambiente e situação subversiva. O autor defende que esse aspecto às vezes toma tom de deslumbre, como “alguma coisa da ordem da revolta, da liberdade prometida, da proximidade da época de uma nova lei” que “passa facilmente nesse discurso sobre a opressão do sexo”. Além disso, o que alimenta em nós essa obstinação em falar da repressão de nosso sexo é o “medo do ridículo ou o amargor da história” que impedem a maioria dentre nós de vincular aspectos da sexualidade a outros aspectos comuns da vida que não as formas de opressão que sofremos. (FOUCAULT, 1998, p. 12)

[...] revolução e felicidade; ou, então, revolução e um outro corpo, mais novo, mais belo; ou, ainda, revolução e prazer. Falar contra os poderes, dizer a verdade e prometer o gozo; vincular a iluminação, a liberação e a multiplicação de volúpias; empregar um discurso onde confluem o ardor do saber, a vontade de mudar a lei e o esperado jardim das delícias — eis o que, sem dúvida, sustenta em nós a obstinação em falar do sexo em termos de repressão. (FOUCAULT, 1998, p. 12-13)

A relação que temos com nosso sexo é, certamente, fruto da história e das condições práctico-discursivas que a sociedade presenciou acerca do sexo e de suas diversas abordagens, uma delas, a repressão. Tudo isso, para o autor, é perpassado pelas relações de poder e não pode não ser, todo o pensamento de Foucault demonstra que a história e o discurso estão inteiramente absorvidos pelo exercício do poder. A repressão se coloca no meio deste exercício, justamente: “o que é próprio do poder [...] é ser repressivo e reprimir com particular atenção as energias inúteis, a intensidade dos prazeres e as condutas irregulares.” (FOUCAULT, 1998, P15). Nesse momento da análise, Foucault (1988) propõe uma série de questionamentos para indicar a construção dessa ideia que temos sobre o sexo. A reafirmação discursiva da repressão, a colocação

do sexo enquanto pecado, a culpa atual de outrora ter feito dele pecado. Todo esse movimento acerca da repressão que descreve o filósofo, faz parte do que ele entende como *hipótese repressiva*. E mesmo com discordâncias acerca do papel da repressão na constituição do sexo, Foucault frisa que a repressão existe e pode ser confirmada, mas veremos que não é ela e seu papel negativo, como aparentemente reforçamos desde o século XVII, que constitui e rege os rumos da sexualidade na sociedade ocidental.

A *hipótese repressiva* descrita pelo autor é tratada na intenção de propor algumas dúvidas essenciais à repressão em relação a construção da história da sexualidade. A repressão seria, na verdade, mais uma forma de disseminação do discurso sobre o sexo que, por fim, nos mostrará que se trata de posicionamentos, práticas e intervenções discursivas em torno da sexualidade. A repressão, por ela mesma, não nega simplesmente a sexualidade, ela serve como ferramenta do poder no interior do dispositivo de sexualidade, conceito e relação que o autor irá desenvolver no decorrer da obra, e que será objetivo de nosso olhar, também, no decorrer deste trabalho.

Em relação ao que compõe as defesas acerca da repressão, Foucault (1988) enumera em três seus questionamentos. Primeiro, ele pergunta se a repressão ao sexo se caracteriza realmente enquanto uma evidência histórica, isto é, houve em relação ao regime de repressão ao sexo no século XVII uma acentuação ou uma instauração? Essa dúvida dá conta do aspecto histórico do problema. O segundo questionamento ainda abraça um problema histórico, mas de maneira mais propositiva, no qual o filósofo pergunta se a forma como o poder controla ou domina a sexualidade em nossa sociedade é de fato de ordem repressiva. Com isso ele questiona se interdição, censura e negação são de fato as ferramentas utilizadas pelo poder sob a sexualidade durante o decorrer da história. Por último, Foucault questiona se essa transgressão discursiva acerca da repressão ao sexo de fato é uma transgressão a um poder repressivo que teria sido absoluto e sem contestação até então, ou se o discurso sobre a repressão é apenas parte do que ele chama de uma rede histórica do mesmo controle que denuncia – e disfarça – o controle da sexualidade, e que chamamos repressão? Isto é, houve uma ruptura histórica entre uma época da repressão e uma época da análise crítica da repressão? (FOUCAULT 1988, p. 15)

O autor ainda nos lembra que esses questionamentos que se esforça em fazer, não se colocam apenas enquanto contra-hipóteses simetricamente inversas ao discurso da

hipótese repressiva. A intenção não é refutar simplesmente a noção de repressão, de dizer que gozamos desde sempre de uma liberdade constante, e nem dizer que o poder é mais tolerante que repressivo, mas sim começar a mostrar que a constituição da sexualidade, o funcionamento e o controle do poder sobre os corpos e instituições não é tão simples e descarado como o discurso da hipótese repressiva julga ser. Veremos que o próprio discurso da hipótese repressiva, e a repressão respectivamente, são já efeitos do exercício do poder, uma perspectiva que faz embaçar as vistas sobre seu exercício e sobre suas técnicas. Há no poder algo como um sistema ou mecanismo sutil que precisamos perceber para entender a constituição da sexualidade.

1.2 – Da repressão à incitação dos discursos

Se coloca então como questão, não o modo como o poder é repressivo, ou como ele reprime a sexualidade, ou que a hipótese repressiva seja falsa ou verdadeira. Foucault está em busca do objeto discursivo da sexualidade em primeira instância, isto é, porque se falou da sexualidade, quando se falou, por quais meios e quem falou sobre ela. O que parece mover a história da sexualidade em nossa sociedade é, na verdade, a vontade de falar sobre o sexo, o que é nomeado pelo autor como vontade de saber. É ela que sintetiza o caráter de intenção e poder que se desenvolvem em torno dos discursos sobre o sexo, e que se mostram mais constituintes de uma sexualidade – da forma como a entendemos hoje – do que por uma repressão.

Daí, enfim, o fato de o ponto importante não ser determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a "vontade de saber" que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento. (FOUCAULT, 1988, p. 17)

Mais uma vez fica evidente que não significa dizer que Foucault se dedica a mostrar que a interdição e repressão ao sexo são inexistentes, ou que elas cumpram ou não algum papel. O ponto é que elas, a repressão ou a interdição, não ocupam um lugar fundamental na construção da sexualidade, seria como desviar do caminho principal em busca de ramificações de um problema que é maior e anterior, traduzidas enquanto ferramentas do poder. O autor entende que todos esses elementos negativos defendidos na hipótese repressiva são na verdade formas do poder, localizadas e posicionadas

taticamente num discurso, o da sexualidade, e que têm função específica dentro do próprio discurso. O que para Foucault são as técnicas polimorfas do poder, que produzem essa vontade de saber, todavia essa última não se limita aos aspectos negativos do discurso. Trata-se de uma economia dos discursos que geriu uma cadeia de intenções do poder sobre a sexualidade em diversos aspectos e formas. (FOUCAULT 1988, p. 17)

Como a intenção é desvendar as instâncias de produção discursiva e, ao que parece, para Foucault, não há uma época da repressão da sexualidade no século XVII, como defende a hipótese repressiva, mas, sim, o completo oposto, parece na verdade ter havido uma incitação aos discursos sobre o sexo a partir do século XVI, na sociedade ocidental. Ou seja, o sexo foi colocado, posicionado enquanto discurso na sociedade ocupando mais e mais lugares. É quando Foucault entende terem sido implantadas as sexualidades polimorfas, minimamente transgressoras daquele sistema patriarcal europeu a que se faz referência ao abordar a Era Vitoriana. (FOUCAULT 1988, p. 17)

Nesse processo de análise entre o que diz a hipótese repressiva, e a possível era da repressão do sexo no século XVII, o que se tem de fato, segundo Foucault (1988), é uma incitação discursiva do sexo. O autor destaca que houve, na verdade, toda uma purificação moral das palavras autorizadas e não autorizadas acerca desses discursos. Do mesmo modo, um grande trabalho em transformar o sexo em metáfora e, mais ainda, uma reformulação clara de onde (a partir daquele momento ou época) não se devia falar de sexo. O que se tem, então, é uma configuração de controle dos discursos sobre o sexo. Todos esses aspectos negativos que Foucault cogita abarcar em sua análise são mais uma vez direcionados a uma ordem discursiva sobre o sexo, que na entrada do século XVIII, já não cessavam de proliferar. Mas é essencial destacar que o âmbito no qual esses discursos se proliferam é justamente no interior do exercício discursivo do poder, uma incitação institucional em falar e fazer falar.

Foucault (1988) então começa a discorrer sobre os marcos e fatores importantes que estão presentes a partir do século XVI e que servirá de afirmação para seu argumento de que o sexo, enquanto discurso, fora proliferado, e mais ainda, em ambientes antes não vistos. O primeiro momento, descreve o autor, é no concílio de Trento. Esse movimento da igreja católica posicionado na contra-reforma em oposição à reforma protestante faz uma série de apontamentos e reformulações nas normas religiosas da época, a fim de reafirmar o poder e a soberania da prática do catolicismo e de seus

devotos. Uma das reformulações foi justamente no que tange a sexualidade dos indivíduos, com a confissão. Neste momento – a partir do concílio de Trento –, a presença discreta da sexualidade no ato da confissão é insistentemente encorajada, “posição respectiva dos parceiros, atitudes tomadas, gestos, toques, momento exato do prazer — todo um exame minucioso do ato sexual em sua própria execução” descreve Foucault, uma crescente “extensão da confissão e da confissão da carne” (FOUCAULT, 1998, P. 22-23).

A confissão, no movimento contra-reformista, tem caráter essencialmente de controle dos corpos, a intenção é criar uma rotina de exame de si mesmo, numa incessante penitência religiosa e moral sobre esses corpos, seus desejos, prazeres, sobre a sexualidade de modo geral. Há decerto uma prudência e cuidado na forma de se confessar o sexo, que toma lugar de dispositivos secundários para sujeitar o discurso do sexo e torná-lo moralmente aceitável, mas isso com certeza não caracteriza essa confissão como rasa, destituída de detalhes e informações privadas, pois nada pode escapar à confissão. Esse é um esforço da nova igreja católica de juntar permanentemente corpo e alma, onde os pecados do corpo devem ser sempre monitorados e cessados, a fim de não corromper a alma cristã. Foucault ainda ressalta que é sob o prisma dos pecados que se revela a “nervura ininterrupta da carne” (P. 23), isto é, a sensação concreta de que não cessam os pecados justamente por não cessarem os desejos. Isso traduz, objetivamente, a produção intencionada do efeito discursivo de que estamos falando, e de se colocar o sexo no ambiente da confissão.

Mais um fator importante lembrado por Foucault (1988), é que esse movimento de confissão acaba por atingir apenas uma elite pequena de fiéis, aos nomeados bons cristãos, que têm a confissão como rotina, mesmo os cristãos mais distantes que se confessavam poucas vezes ao ano escapam em algum nível desse mecanismo de controle. Isso pode ser pensado não apenas no âmbito dos devotos da pastoral cristã, assíduos da confissão ou não, mas também aos indivíduos da sociedade que não necessariamente se comprometiam com a igreja e com a prática confessional, isto é, aqueles que meramente não encontravam no cristianismo – mais intensificado, no catolicismo –, alguma agenda de compromisso, e que conseqüentemente são tomados como pecadores.

Não obstante, entre esses indivíduos estão aqueles que nem se reconhecem nas ideias e padrões de sexualidade e discurso disseminados controlados ali. Isto é, mulheres que não se colocam enquanto donas do lar, pessoas dos mais diversos gêneros, já tendo em vista o ponto de vista de Butler², e que nem chegavam a reconhecer esse aspecto em si naquela época, mas que já eram colocados em separações e categorizações, pois, escapam minimamente de todo um script do fazer e falar do sexo enquanto sexualidade validada pelo poder.

A confissão é uma das instâncias responsáveis por abarcar o novo e fugaz discurso sobre o sexo, ela dá a esse movimento de proliferação toda uma vestimenta de pureza e neutralização, carregada pelo tom religioso. E, além da confissão, o discurso sobre o sexo se transporta também para a literatura. Para referenciar-se à modernidade, Foucault (1988) usa como exemplo o autor Sade e seu modo de escrita “descarada” sobre o sexo, e ainda a obra *My secret Life*. O Filósofo destaca a importância dessa literatura que se coloca em oposição ao movimento confessional e da pastoral cristã, onde agora os personagens falavam de sexo "para seu exclusivo prazer", onde Sade chega a mesclar a escrita com erotismo. Aqui outro aspecto produtivo e intencionado do poder ao incorporar a literatura, causando efeito a atingir a sociedade, nesse exemplo o estímulo e o despertar do desejo por meio da leitura. (FOUCAULT, 1988, p. 24-26)

A proliferação do discurso sobre o sexo não cessa apenas no âmbito literário ou religioso. Há uma nova necessidade, nesse processo de incitação, de colocação desse discurso enquanto coisa pública. Isto significa dizer que não somente os indivíduos devem falar sobre seu sexo, ou mesmo uma coletividade atarefada de descrever e proliferar o discurso sobre a sexualidade. Mas, também, o discurso sobre o sexo parece precisar tomar posto “institucional”, transpassar o limite que o julgamento coloca de ser apenas lícito ou ilícito; ser assunto respectivo a razão, a ciência, e não só respectivo a moral, religiosa ou não; é isso que torna, conseqüentemente, o sexo ser domínio do poder, não apenas da religião ou do direito, mas ocupar o ambiente de *utilidade* na sociedade que o administra.

Foucault (1988) exemplifica essa questão com Tardieu (1857), que descreve os obstáculos morais enfrentados pela medicina ao “ter de falar sobre o sexo”, pois havia

² BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade; trad. Renato Aguiar. – 21ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

nesse movimento uma vergonha e culpa ao levar o discurso do sexo para ambientes profissionais novos. Era notável uma certa repugnância ao abordar esse tema em público, o que posteriormente se tornará mais intrínseco ainda às instituições. O sexo passará a ser questão de “polícia”, a partir do século XVIII, mas Foucault nos lembra de que não estamos tratando aqui do que se tornou a polícia e de suas ações de violência e repressões constantes, trata-se do verbo, é sobre *policar* o sexo enquanto discurso e enquanto algo que pertence à sociedade. Ele define: “Polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição.” (FOUCAULT, 1988, p. 28).

Esse processo continua ao longo da história. Outro ponto importante, por exemplo, é a noção de população, incorporada ainda no século XVIII, e o entendimento de que não se lida mais com indivíduos, ou mesmo com um povo, mas com uma população. O que há de novo nessa terminologia, é que uma população é administrada, policiada, regulada discursivamente e pragmaticamente, abrange tanto o aspecto da vida humana quanto o aspecto institucional. Diretamente ligado a noção de população, o discurso sobre o sexo se coloca de forma institucionalizada, agora esse aspecto há de ser necessariamente considerado, como explica Foucault (1988): “natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, [...] práticas contraceptivas” (FOUCAULT, 1988, p..28)

Isso se reflete até na estrutura formal da educação e da estrutura física das escolas. A pedagogia formula o discurso e o policiamento da sexualidade das crianças simultaneamente, é um gerenciamento público e organizado de modo institucional, que gera a afirmação da existência dessa sexualidade e a reprodução racional e irracional desse discurso. Também o ambiente psiquiátrico tratou o discurso sobre o sexo, sobretudo de uma perspectiva patológica e de desvios, constituídos enquanto perversões sexuais. Ainda, o direito penal se ocupou inicialmente dos crimes "crapulosos" e “antinaturais” como descreve o autor, e, posteriormente, dos pequenos detalhes acerca da sexualidade, uma gestão de proteção, separação e prevenção – talvez até mesmo de higienização – do ambiente social, sutilmente controlado para tratar do sexo e de seu discurso, de modo que nada escape ao poder. (FOUCAULT, 1998, p.31-32).

A *vontade de saber* é um conceito essencial para Foucault, ela denota justamente a translocação e proliferação do discurso de ambientes não-institucionalizados para ambientes institucionalizados. Esse processo ocorre não apenas no âmbito das instituições, mas, essencialmente, em fazer das instituições uma proliferação de uma verdade construída e exercida pelo poder enquanto validação do discurso, que chega as camadas mais finas e individuais da sociedade, onde o sujeito absorve e reproduz o discurso. A vontade de saber coloca o sexo no estatuto da ciência (medicina, psiquiatria, biologia, etc.), mas não cessa de institucionalizar esse discurso e, em tornar o que é a *vontade de saber* em uma *vontade de verdade*, assim, o sexo também é absorvido nas normas jurídicas, na literatura, na pedagogia, na filosofia e na política. A vontade de saber é a técnica do poder pela qual o sexo extrapola meramente o plano individual, e atinge a cultura, a ciência e a política social. Onde o discurso do sexo é reforçado e reconduzido constantemente por um conjunto de práticas institucionalizadas. (FOUCAULT, 1996)

É interessante pensar que todos esses exemplos que Foucault (1988) descreve na história da sexualidade constrói o que ele chamará de *vontade de saber*, sutilmente o discurso do sexo ocupa institucional e racionalmente todo o espaço social. O sexo se torna objeto de estudo e tratamento social, um “objeto não somente de uma intolerância coletiva, mas de uma ação judiciária, de uma intervenção médica, de um atento exame clínico e de toda uma elaboração teórica.” (FOUCAULT, 1988, p. 33-34) Todo um investimento da sociedade ocidental em um aparelho discursivo, de análise e de conhecimento do que é a sexualidade.

Pode ser, muito bem, que falemos mais dele do que de qualquer outra coisa: obstinamo-nos nessa tarefa; convencemo-nos por um estranho escrúpulo de que dele não falamos nunca o suficiente, de que somos demasiado tímidos e medrosos, que escondemos a deslumbrante evidência, por inércia e submissão, de que o essencial sempre nos escapa e ainda é preciso partir à sua procura. No que diz respeito ao sexo, a mais inexaurível e impaciente das sociedades talvez seja a nossa. (FOUCAULT, 1998, p.33-34).

Significa dizer então que o poder não parece ter (apenas) uma colocação negativa em torno da sexualidade. O poder não só reprimiu, oprimiu, silenciou, escondeu, puniu e medicou o sexo da sociedade ocidental moderna, mas, antes disso, ele usou de todos esses métodos de fazer falar, de incitação e de vontade de saber enquanto ferramentas discursivas do poder para manter uma colocação positiva/produtiva sobre o sexo. Com isso, o poder atua de modo a positivar, produzir, incitar e fazer proliferar o discurso que

a sociedade até os dias de hoje conhece acerca da sexualidade. Com as ferramentas positivas que podemos desdobrar daqui em diante, veremos que faz parte desse poder um *dispositivo da sexualidade*. É por meio desse dispositivo que poderemos entender como a sexualidade, tal qual ela foi durante a história que Foucault busca descrever em sua genealogia, já perpassada pelos mecanismos do poder, e como ela ainda é, até os dias atuais.

1.3 – O dispositivo de sexualidade

O exercício do poder parece se complexificar neste ponto. Já percebemos que a repressão não é o ponto essencial acerca da sexualidade ocidental, mas sim uma transcrição do exercício do poder sobre os sujeitos dessa sexualidade, ou sexualidades. O poder inclusive demonstra agir de formas complexas e polimorfas, e é isso que tentaremos desvendar no presente tópico.

Visto que o sexo aparentemente não fora simplesmente interdito, e, ao contrário, instituições e técnicas do poder parecem ter trabalhado para incitar o discurso sobre o sexo, segue-se, como entende Foucault (1988), que essa incitação toma formas diversas ao longo dos séculos, respectivamente, técnicas de poder a ela relacionadas. Isso se dá de várias formas, na medida em que não simplesmente se faz falar do sexo, mas quando a institucionalização desse discurso trabalha de modo a normatizar, categorizar, ordenar e localizar todos os tipos possíveis de sexualidade e de ações sexuais. O direito, a medicina e a pedagogia têm papel essencial nesse processo.

Foucault (1988) faz uma descrição desse processo que se deu num movimento de “contra-natureza” sexual, como uma absorção dos atos sexuais, das “perversões” e das sexualidades periféricas pelas instituições citadas acima e várias outras. O direito tratou das perversões numa relação quase que direta com a religião, transformando os pecadores do sexto mandamento, os adúlteros, estupradores, atos de sodomia e etc., numa perspectiva de transgressão jurídica e moral, daquilo que é natural. Nesse processo, também se enfraqueceu o controle religioso desses atos e passou-se a uma ordenação e um controle diferentes, um transporte ao ambiente da lei, parece também que a lei absorveu, além do teor moralista religioso, parte da personalidade punitiva da religião e de suas normas. (FOUCAULT 1988, P. 42-43)

A medicina e a psiquiatria por sua vez buscaram categorizar as diversas sexualidades periféricas: nesse âmbito podemos incluir tudo que não seja uma sexualidade estritamente masculina ou estritamente feminina. O autor destaca os exemplos de corpos hermafroditas que foram de uma categorização de corpos criminosos e “embaraçadores da lei” e da religião, à uma categoria sexual própria. Da mesma forma, a homossexualidade que “no século XIX torna-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa.” (FOUCAULT 1988, p. 43) Não obstante, a sexualidade das crianças também é objeto desse processo: combatida pela pedagogia e pela medicina como uma epidemia a ser superada; os “hábitos solitários”; a interdição do incesto. (FOUCAULT 1988, p. 41-44)

É evidente que não se trata do mesmo mecanismo de poder, não somente porque aqui comparece a medicina e lá a lei; aqui há adestramento, lá penalidade; e, também, porque a tática instaurada não é a mesma. Aparentemente, trata-se nos dois casos de uma tarefa de eliminação, sempre fadada ao fracasso e sempre obrigada a recomeçar. (FOUCAULT 1988, P. 42)

Um grande círculo de intenções e interdições inúteis e fadadas ao fracasso que Foucault (1988) percebe serem na verdade técnicas e diferentes táticas do poder por meio de um mecanismo de controle e vigilância, que finalmente irá resultar no seu complexo exercício. Uma evolução nos mecanismos de controle e incitação da sexualidade e dos discursos produzidos por ela. Podemos simplesmente olhar a questão e dizer que tudo não passa de um objetivo geral de reprimir e interditar todas as sexualidades fora da curva da heteronormatividade absorvida pela sociedade. Mas o exercício do poder trabalha tanto de forma mais sutil quanto mais complexa e engendradora, essa grande rede de tratamento e categorização das sexualidades improdutivas trabalha como “mecanismo de dupla incitação: prazer e poder”, onde o prazer se difunde através de um poder que é cerceador e incitador ao mesmo tempo. Muitas questões podem surgir e ser trabalhadas acerca do prazer enquanto absorvido pelo poder. Será o que há nessa relação, na verdade, um prazer em exercer poder? Prazer que parece se abrasar ao ter que escapar a esse poder, poder que, por sua vez, é invadido pelo prazer que persegue. Poder, ainda, que parece se afirmar justamente no prazer de mostrar-se ou de resistir. (FOUCAULT 1988, P. 45)

Poder, sexo, prazer. Três instâncias que se misturam confusamente no interior de seus próprios exercícios. Que produzem relações que se multiplicam, medem os corpos e

penetram nas condutas tão sutilmente que se torna difícil perceber. Definitivamente, pelo olhar de Foucault (1988), poder, sexo, e prazer não se anulam, ao contrário, são constituintes um do outro.

Um passo importante para o domínio do poder sobre os corpos e sobre a sexualidade é a absorção da vontade de saber por essa sexualidade constituída, que nesse ponto locomove o discurso e os mecanismos de incitação ao ambiente científico. Uma construção discursiva de um sexo como coisa biológica, de uma reprodução contínua com função sociológica e de normatividade na sociedade e na própria ciência em geral. E ainda, se estrutura toda uma medicina do sexo, como já mencionamos, e que fundamentalmente se organiza por diversas regras.

a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal: inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais "incompletas"; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao "desenvolvimento" e às "perturbações" do instinto; empreendeu a gestão de todos eles. (FOUCAULT, 1988, p. 41)

Há nesse processo uma grande pretensão fictícia em estar de acordo com a ciência. Nisso está incluído o aspecto de verdade e falsidade em torno do sexo. O que nos mostra, agora, toda a engenharia que torna o sexo e a sexualidade como sendo constituídos *em e como* objetos de uma verdade, científica dessa vez. Mas na ciência, a verdade sobre o sexo se encaminha de modo inteiramente infiltrada pelos mecanismos do poder, percebe Foucault (1988), como por exemplo a confissão, que é uma instância que essencialmente autentica certa verdade sobre o sexo.

No empreendimento que foi produzir verdade sobre o sexo, Foucault (1988) nos mostra dois grandes e importantes cenários: a *Ars Erótica* - fixada majoritariamente no oriente se olharmos enquanto oposição ao movimento de decifração e incitação que o ocidente desenvolveu - onde a verdade do sexo é extraída do próprio prazer, esse último encarado como prática e recolhido como experiência. Mas que tem como ponto essencial a descrição como defesa de sua eficácia. Em contrapartida, o ocidente produziu o que Foucault nomeia de *Scientia Sexualis*: essencialmente uma prática de poder-saber alinhada às tradições de iniciação secretas e à confissão, e que incessantemente insere nas instituições uma vontade de saber; a verdade da sexualidade.

Não coincidentemente, o exercício discursivo da pastoral cristã dá à confissão um papel central na ordem dos poderes civis e religiosos que terão efeitos diretos na busca científica pela verdade do sexo. (FOUCAULT, 1988, p. 58). Mas, dessa vez, não um discurso de salvação e pecado, mas um discurso que trata do corpo e do modo de vida. Uma contraposição de ciência e confissão exercendo um mesmo ofício – tornar o sexo objeto de uma verdade. O que vemos é a absorção completa da prática da confissão – que se tornou intrínseca à sociedade ocidental e, que a partir do século XIX, já não se amarra mais apenas à religiosidade da confissão pastoral. Faz com que qualquer indivíduo confesse sobre seus prazeres continuamente, em todos os lugares, em todas as épocas. Coloca os sujeitos enquanto compromissados com a verdade da ciência e de seu sexo.

Nesse movimento “constituía-se, então, essa coisa improvável: uma ciência-confissão [...], interferência entre duas modalidades de produção da verdade: os procedimentos da confissão e a discursividade científica.” (FOUCAULT, 1988, p. 63-64). E é sobre esse prisma que se destaca a noção defendida por Foucault, de um poder não enquanto coisa, mas enquanto algo que se exerce, e se exerce de baixo, das camadas mais finas e proliferadas da vida social. É justamente, fazer-nos participar do exercício do poder que dá ao mesmo a possibilidade de existir.

Nossa sociedade ocidental transformou a confissão em técnica essencial do exercício do poder. De modo que, sem ela, não saberíamos sequer como se dariam as relações de poder, sexualidade e ciência. Mais uma vez, as institucionalizações do discurso sobre a sexualidade, na medicina, na pedagogia, psiquiatria e psicologia, agora inteligíveis pela prática da confissão, são responsáveis por tornar a vontade de saber em torno do sexo em assunto de uma verdade. A *Scientia Sexualis* é essencialmente munida da confissão. Não desconsideremos o quão estranho é falar dessas instituições utilizadas enquanto ferramentas de extorsão confessionais de nossas sexualidades, desejos, prazeres, dores, etc. Mas é justamente esse o lugar do discurso intencionado em ser senso comum, “fazer funcionar numa prática de tipo científica os procedimentos de uma confissão que, ao mesmo tempo, deveria ser total, meticulosa e constante” (FOUCAULT, 1988, p. 65), é embebedar-nos de achismos e desconhecimentos de nossa sexualidade, ao passo que não paramos de falar dela em busca de uma autenticação, de um diagnóstico, até mesmo de medicalização de nós mesmos relativos a ouvintes silenciosos que, por sua vez, institucionalmente, transformam-nos em verdade da ciência, numa dinâmica de

articulação mútua de saber-poder que atinge todos os níveis de discurso, seja institucional, seja individual, tudo é perpassado por essa articulação.

É dessa prática discursiva que estamos tratando, dessa institucionalização, dessa cientificização do sexo que transformou tudo o que o circunda em “sexualidade”, enquanto termo mesmo, uma dimensão penetrável patologicamente, e interdita por terapias e normatizações. Um objeto novo de estudo que produz tantas ações e reações nos indivíduos aos quais devem ser sujeitos de uma série de tratamentos e cuidados e, não obstante, objetos de uma verdade. “A história da sexualidade — isto é, daquilo que funcionou no século XIX como domínio de verdade específica — deve ser feita, antes de mais nada, do ponto de vista de uma história dos discursos.” (Foucault, 1988 P. 67).

Toda essa economia dos discursos contingentes ao que hoje nomeamos sexualidade buscou construir um saber-poder do sexo ao mesmo tempo que constituiu também um saber-poder do sujeito. De forma tão interna que justamente essa ciência do sujeito só poderia começar a partir da sexualidade desse sujeito. Um controle de uma nova episteme, de sujeitos historicamente constituídos, de sexualidades inteiramente moldadas pelo exercício do poder por meio do dispositivo de sexualidade.

há quase cento e cinquenta anos, um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo: um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos da escuta clínica. E, através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a "sexualidade" enquanto verdade do sexo e de seus prazeres. (FOUCAULT 1988, p. 67)

O dispositivo de sexualidade é o que Foucault descreve no excerto acima. Um grande mecanismo, uma ferramenta, operador do poder. Que antes de mais nada, é positivo/produtivo. O dispositivo parece proporcionar uma rede complexa de relações entre os discursos, entre as práticas desses discursos, as instituições, a ciência, a pedagogia, a religião e o direito, que no fim moldam a atuação do poder sobre a sexualidade e sobre os corpos dos sujeitos. Ele é responsável pela incitação e absorção, as vezes sutil, as vezes descarada, do discurso do sexo na sociedade. Presente nas camadas mais baixas até as camadas mais altas do poder, coloca o sexo numa da materialidade do discurso.

E é justamente por isso o esforço de Foucault e, por consequência, o nosso, de entender que a sexualidade não se desenvolve primeiramente num sistema

negativo/opressivo, cabe a nós entender que a repressão é posterior à grande construção da sexualidade pelo dispositivo, pois mesmo o que é reprimido, já é constituído. E não fosse pela repressão, também não existiria uma sexualidade livre para buscarmos, ela (seja qual for) já é constituída pelo poder. O dispositivo é capaz de nos assujeitar de tal forma a contribuir com seu funcionamento, de confessar-nos, e incessantemente falar do sexo, buscar ajuda na ciência ou na religião, gritar por uma liberdade – que é impossível –, pois está aí a ironia prática do dispositivo, que vislumbremos alguma liberdade – de não sermos condicionados e condicionadas a essa sexualidade produzida e reproduzida pelo poder e por nós, por discursos onipresentes, por normas historicamente em busca de assujeitar os corpos atingidos por alguma das várias sexualidades produzidas por esse mesmo dispositivo.

Cabe também a nós, já que não parece fazer sentido lutar por uma liberdade original do sexo ou uma sexualidade anterior a sua constituição, entender o quão constituídos pelo exercício do poder nós já somos. Isto é, entender os processos de assujeitamento que Foucault (1988) indica, e nos quais o poder trabalha por meio de dispositivos, um deles, o de sexualidade. Resta agora desvendarmos os moldes e novas formas dessa constituição de nós enquanto sujeitos de uma sexualidade, e o que – e se há algo - de nossa sexualidade que realmente nos pertence, e o que é, em nós, materialmente, imposto por esse dispositivo.

Capítulo 2 – Sujeito, identidade e performatividade

2.1 – Sujeitos constituídos

O exercício genealógico que Foucault faz na *História da Sexualidade Vol. 1 – A vontade de saber* é essencial para sua obra, não só por considerar os aspectos históricos que formaram o que entendemos e absorvemos enquanto sociedade em relação ao sexo e à sexualidade, mas também por essa genealogia destacar um movimento coercitivo das práticas e técnicas do poder que assujeita os indivíduos na sexualidade que os constitui. Falar em constituição do sujeito no contexto da genealogia foucaultiana é, necessariamente, olhar para a história e perceber como as relações diversas de poder, de algum modo, se tornaram fatores preponderantes para caracterizar o ser humano. Essa será a busca deste capítulo, entender essa genealogia do sujeito na sexualidade e as possibilidades de constituição que o atingem.

Para o filósofo francês, o sujeito não é uma essência, nem é dotado de uma substância, ou ainda, não é um sujeito constituído historicamente unicamente pela materialidade econômica. O sujeito é formado, constituído, construído. A história e seus processos ainda são fundamentais para constituir o sujeito, mas, para Foucault, são as diversas relações práticas e discursivas de poder que fundamentam a identidade – ou identidades – do sujeito – ou dos sujeitos. Para ele, o poder e seu exercício discursivo onipresente, seus dispositivos e suas técnicas polimorfos trabalham para moldar as pessoas, os modos de vida e os modos de ser. Não existe, na *História da Sexualidade Vol. 1 – A vontade de saber*, a possibilidade de uma liberdade natural em termos éticos e políticos foucaultianos, a partir do momento em que o ser humano está em alguma configuração social, minimamente perpassado pelo poder, ele já é, ou já está sendo, constituído.

Mas ora, que significa dizer que o ser humano, ou que todos os sujeitos são constituídos? Quer dizer que a noção de identidade não necessariamente nos pertença, que a nossa personalidade não veio a nós de forma inata, natural ou divina, seja qual for a origem que o senso comum tenha nos impellido a acreditar. Quer dizer que a nossa sexualidade não é genuinamente nossa, nós nunca tivemos um momento em que antes de

ser quem somos éramos outrem, livres. Se há uma origem dessas partes de nós que tanto nos definem, essa origem está relacionada às relações de e ao exercício do poder.

Na recusa de um sujeito substancial ou constituinte, descrito pela Filosofia Moderna, que se coloca enquanto fundamento de si, de seu conhecimento, da história e de nossas práticas e instituições, Foucault (1988) abre a discussão sobre a importância de entender o sujeito não como origem e produtor de tudo, mas enxergar que o sujeito é constituído, isto é, que ele é produzido pelas condições e relações históricas, econômicas e estratégicas exercidas sobre ele. O sujeito, para Foucault, é determinado por uma verdade, é condicionado por dispositivos, incorporado e posicionado pelos discursos e pelas práticas discursivas, constituído e assujeitado (tornado sujeito) por um saber. É uma forma de poder que é direcionada justamente ao indivíduo (ou grupo), num movimento de assujeitamento.

Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos (DREYFUS, RABINOW, 1995, p. 235)

Pensar num sujeito constituído, para Foucault (1988), deve exigir uma análise, primeiramente, enquanto seres historicamente determinados. Essa análise da história e do que foi o sujeito não pode ser feita tal qual a busca pelo núcleo de nossa racionalidade, que os filósofos modernos e do humanismo desenvolveram. Essa visão, que apesar de considerar uma certa materialidade no conhecimento com o empirismo, coloca o sujeito cognoscente na posição de iluminado pela razão, de onde saíam todas as possibilidades do ser sujeito. E que podem ter sido responsáveis também pela noção difundida que temos de uma *essencialidade* e de uma função originária relativas ao sujeito.

Aparentemente, segundo Foucault (1988), colocar o sujeito numa perspectiva fundante do mundo e de si, e incorporar a isso o signo de “homem” é algo que deve ser superado, uma vez que não se reconhece aí a materialidade que constitui o sujeito e a história, e também porque pode criar e preservar, na prática, um modelo de sujeito unívoco e um dever ser da sexualidade, que produzem, como vimos, uma série de discriminações e patologizações dos corpos desses sujeitos.

O que parece essencial entender é que primeiro são as relações, e não o sujeito. São as relações mesmas que constituem o sujeito enquanto tal. Relações estabelecidas pelas estruturas do poder. Isso desfaz uma gama de teorias filosóficas que pensam um sujeito enquanto originário e pré-discursivo, talvez até metanarrativo, que funda e comprova a si mesmo. No entanto, o sujeito não funda nada, mas é profundamente fundado. É mantido em constituição - constante - enquanto algo que já é constituído. Ele (o sujeito) é constituído em sua objetivação nas ciências, humanas e biológicas, e pela subjugação de si em procedimentos do poder.

Todavia, não podemos perder de vista que essa é uma definição e conceituação do primeiro volume da história da sexualidade, como já citado em todo o decorrer desse trabalho. Portanto, na obra a que esse trabalho se dedica, fica evidenciado uma forte determinação do sujeito, determinação essa que trabalha na materialidade dos corpos de modo a controlar, coagir e formar o sujeito, mas que anula suas possibilidades de subversão e emancipação.

A sexualidade, como algo que constitui o indivíduo, seria para ele uma forma de assujeitamento. Considerar a sexualidade do sujeito para decisões e inscrições deste ser assujeitado, em lugares e instituições controladoras no corpo social é, então, algo que parece ser intrínseco a nós, já que estamos tão submetidos ao discurso e à prática do poder.

Mas, mais do que inscrever os corpos em determinados lugares da sociedade, a sexualidade é entendida por Foucault (1988) enquanto instrumento no exercício do poder. “Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.” (FOUCAULT, 1988, p. 98). Uma dessas estratégias de instrumentalidade que a sexualidade possui é justamente produzir, constituir, formar, e determinar sujeitos.

O dispositivo de sexualidade, como vimos, dispõe de técnicas diversas para assujeitar os corpos dos indivíduos. O controle dos corpos é fundamentalmente o caminho pelo qual os indivíduos se tornam assujeitados, por exemplo, pelos mecanismos biológicos de controle de reprodução como variantes individuais ou sociais do comportamento. “O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie.

Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações.” (FOUCAULT, 1988, p. 137)

Tendo sido o primeiro capítulo desse trabalho dedicado a analisar as proposições de Foucault na *História da Sexualidade Vol. 1 – A vontade de saber*, é importante ressaltar que essa constituição e formação do sujeito, enquanto ser assujeitado e completamente determinado pelas relações de poder que o cercam, não continua nos volumes seguintes da *História da Sexualidade*. Isso porque Foucault percebe que justamente a constituição do sujeito enquanto negadora de algum aspecto da liberdade, mínimo que seja, é, além de determinista, um modo de colocar a sexualidade em uma posição invariante no processo da história, não obstante, fazer tal exercício também desconsideraria o sujeito visto pelo prisma do desejo. O que Foucault vai chamar de “sujeito do desejo” na *História da Sexualidade Vol. 2 – O uso dos prazeres*, não pode acabar simplesmente no momento da interdição. Isto é, se levarmos a cabo apenas as considerações deterministas da condição do sujeito constituído, o fim de suas possibilidades, enquanto sujeitos de sexualidade, seria justamente o ponto inicial que Foucault (1988) rejeita no primeiro volume, a repressão.

Do mesmo modo, a sexualidade não pode terminar no código moral e na prescrição de normas e valores, isso é fator condicionador para a sexualidade. O desejo, e o que Foucault (1984) chama de moral e prática de si, nos mostra que o autor estava atento para a superação dessa limitação dualista de permitido e proibido. As possibilidades dos sujeitos são muito maiores do que apenas sofrer e obedecer às normas e a produção de verdade do poder. Os sujeitos podem agir sobre essas prescrições e condutas, sobre sua sexualidade e sobre si.

Com efeito, uma coisa é uma regra de conduta; outra, a conduta que se pode medir a essa regra. Mas, outra coisa ainda é a maneira pela qual é necessário "conduzir-se" — isto é, a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código. Dado um código de ação, e para um determinado tipo de ações (que se pode definir por seu grau de conformidade ou de divergência em relação a esse código), existem diferentes maneiras de "se conduzir!" moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação. (FOUCAULT, 1984, p. 27)

Isto é, dizer apenas que o sujeito é um efeito das relações de poder-saber não pode significar que ele está submetido a uma condição insuperável, que predisponha os

acontecimentos e as possibilidades materiais. Para prosseguir no estudo do sujeito e da sexualidade, Foucault escolhe o caminho de reconhecemo-nos enquanto sujeitos morais de uma história e das relações de poder. Basicamente, a ideia que tento adiantar aqui é: o sujeito enquanto assujeitado pelas relações e técnicas do poder ainda possui alguma possibilidade de reconhecimento, de produção de si mesmo e de seus comportamentos. Foucault, mesmo não tendo essa concepção clara no volume primeiro da história da sexualidade, desenvolveu caminhos frutíferos para a sequência dessa discussão, isto é, as defesas e proposições deste início de análise não precisam ser desconsiderados, mas, ao contrário, revisitadas e aprimoradas.

Continuaremos a ver como essas condições e contingências de constituição do sujeito o formam, e, em seguida, com a ajuda de Judith Butler que desenvolveu a perspectiva do gênero em moldes parecidos com a análise de Foucault, justamente buscando caminhos para possibilidade de ação e de constituição de si em meio a regulação e controle dos corpos, dos comportamentos e de nossas identidades. Assim, quem sabe poderemos vislumbrar melhor a participação mais ativa do sujeito nesses processos e relações de poder. A autora parece utilizar – e desenvolver em seus próprios termos – a virada de pensamento presente entre a *História da Sexualidade Vol. 1 – A vontade de saber* e a *História da Sexualidade Vol. 2 – O uso dos prazeres*, onde o sujeito de sexualidade deixa de ser um sujeito caracterizado pela sua determinação e passa a ser constituinte, de si e de suas relações.

2.2 – Sexualidade e gênero

Os problemas do gênero, do feminismo e da teoria *queer* parecem se formular primeiramente na constituição histórica, discursiva e de poder sobre a sexualidade e sobre o sexo. Tais problemas são tão complexamente entranhados e estruturados nos mecanismos de poder que, prática e discursivamente, eles, na verdade, se tornam ferramentas e táticas do poder, tal qual a repressão. E o efeito disso no âmbito social, moral, jurídico, institucional, representativo, e, até mesmo, de uma perspectiva de reconhecimento e de identidade, são aparentemente infinitos. Mas nada disso parece ser produção senão do poder, é justamente o que Foucault se esforça em descrever.

Parece que já falar em sexualidades periféricas nos mostra como Foucault (1988) estava atento à constituição heteronormativa da sexualidade. E essas outras sexualidades que transpassam a binaridade heteronormativa e as regras patriarcais de gênero só são categorizadas enquanto periféricas porque já o sexo fora constituído nesses termos. Consequentemente, os sujeitos constituídos dessa forma reproduzem todo um modo de vida e de ações, sexuais ou não, que incorpora essas diferenças e desigualdades do sofrer-poder.

A própria noção de gênero, então, não pode ser outra coisa senão uma consequência de uma sexualidade e de uma verdade que é constituída pelo discurso e pelo exercício de poder. A sexualidade é moldada de tal maneira que assim como o sujeito é o sujeito – que fora assujeitado a uma certa sexualidade –, ele também incorpora inevitavelmente o que se produziu primeiramente da ideia de gênero. A sociedade é construída historicamente pela divisão binária de gênero: construção essa que serve a uma categoria e dispositivo mais amplo, à de sexualidade. Desse modo, se a sexualidade e o sexo, de modo geral, são produzidos, o gênero também não escapa a essa positivação.

A produção de normas e contingências acerca da sexualidade e do gênero parece operar de dois modos sobre o sujeito: que somos genuinamente binários, (em relação ao gênero, conceituados enquanto homem e mulher, indivíduos reconhecidos enquanto cisgêneros); e heterossexuais (em relação à prática dos desejos de sexualidade). Desse modo, estaríamos em *coerência* com a produção dessas condições e com as práticas a elas relacionadas. Ou então, nos entendemos enquanto genuinamente não-binários (em relação ao gênero, não somos conceituados enquanto homem e mulher, indivíduos reconhecidos enquanto transgêneros); e/ou não heterossexuais – vide todas as formas possíveis de se vivenciar a sexualidade. Desse outro modo, estaríamos em posição de *incoerência* em relação à produção de normas e condições do sujeito. A primeira forma configura as normas padronizadas e constituídas da sociedade, e constrói um padrão tal que dita o “dever ser” acerca da sexualidade e do gênero; a segunda realoca esses sujeitos às margens da sociedade, da sexualidade, do direito, dos espaços e instituições, de si mesmo e da vida social de modo geral. (BUTLER, 2021)

O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. [...] o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o

gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. (BUTLER, 2021, p. 56)

A conceituação de gênero é colocada em questão por Butler. De uma forma geral, parece que gênero é, assim como sexo e sexualidade, uma manobra discursiva, exercida e produzida pelo poder, por meio de dispositivos, num movimento de poder-saber, tanto quanto o sexo e o desejo já fazem parte da vida e da existência do sujeito. É importante destacar que nenhum desses termos denotam exclusivamente uma categoria biológica, e nem exclusivamente cultural, na verdade, eles iludem de forma prática e discursiva a sociedade e os sujeitos, por serem campos de saber que produzem e reproduzem certas intenções de verdade. Os campos que gênero, sexo e sexualidade ocupam são diversos, e suas produções vêm, independentemente de qual campo do saber, de uma relação direta de saber-poder.

A constituição do sujeito, então, parece não ser somente perpassada pela constituição do sexo na sociedade ocidental, mas também pela presença do gênero. O gênero está presente discursivamente, hierarquicamente, de modo tão positivo quanto negativo no processo de constituição e assujeitamento do sujeito. O gênero, enquanto norma binária heterossexista, cumpre o papel de posicionar um sujeito como uno e o outro como marginal. Todavia, tanto masculino como feminino são condicionados por sua construção (ou constituição), seja uno ou o outro, todo gênero passa pela criação e constituição nas relações prático-discursivas do poder.

Mas gênero é uma parte da constituição do sexo? Com suas próprias características? Ou então gênero é somente uma nomenclatura complexificada do poder exercido sobre a sexualidade? Começaremos as tentativas de respostas para tais questões partindo do gênero feminino que, de forma mais evidente, é condicionado à constituição do sexo. É muito mais notável a quantidade de normas a que as mulheres e os corpos femininos são submetidos e, certamente, também não foram constituídos por um poder feminino. Até mesmo a noção de “feminino” com a qual convivemos parece ter sido constituída por um poder prático-discursivo que não é heterogêneo nos termos do gênero e da sexualidade, e que nada tem de democrático.

Mas, poderíamos dizer também, que, mesmo o gênero masculino – muitas vezes tido como uno, original – é certamente marcado por essa constituição do sexo, mesmo

essa produção do poder prático-discursivo patriarcal condiciona o que é ser homem e, o que é ser um corpo masculino. A perspectiva atual de sexualidades homoafetivas e de corpos transgêneros, que ultrapassam os limites binários construídos e complexificados dentro da noção de gênero, parecem ser prova de que não só o feminino é ferozmente marcado - ainda que de forma mais brutal e escancarada -, como também a constituição do masculino, do homem, e de masculinidade enquanto forma e modo de ser. Mesmo todo o ambiente produtivo do poder e do discurso sendo caracteristicamente patriarcal, mesmo parecendo ser clara a tentativa de uma sociedade univocamente regida por uma sexualidade e poder masculinos, a própria noção de sexo masculino, de gênero masculino, são marcadas por uma constituição do que é ser homem e do que é ser masculino. Falar de um sexo masculino que não é marcado pelo poder discursivo é, certamente, a defesa de uma teoria pré-discursiva, em que o sexo e o gênero masculinos são unos e *originais*, primeiros e *livres* da atuação do poder, o que, também certamente, não é o caso.

Gênero, segundo Butler (2021), é parte de um constructo heterossexista inserido numa série de lugares praticáveis de poder-discurso. Isto é, a existência do gênero é a prova da continuidade repetitiva do exercício de poder e de seus dispositivos. É como se disséssemos que gênero é a construção que se produziu da repetição normativa da sexualidade e do desejo nos termos do poder. Gênero pode ser também uma identificação ilusória atrelada ao sujeito, e que nossa identidade (de gênero), talvez, não tenha tanta identidade assim. A autora explica:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. (BUTLER, 2021, p. 242)

Para Butler (2021), gênero se traduz como uma série de marcas sobre os sujeitos. Desde de o nascimento de cada indivíduo ele já é incorporado e assujeitado na estrutura do gênero. Ao sermos categorizados enquanto bebês, mesmo em gestação, como sendo menino ou menina, ali a marca do gênero nos é colocada. A marca do gênero é uma das responsáveis por formar em nós o que chamamos de identidade. Veja, não é que não tenhamos identidade, é que justamente não participamos da criação e instauração dela em nós. Quando começamos a perceber e reconhecer certos desejos e modos de ser, neste momento já estaríamos identificados por uma série de marcas constitutivas de gênero. Essas marcas são, sem exceção, inseridas nos corpos dos sujeitos durante toda a vida, e

não só no que seria um processo inicial do nascimento ou de reconhecimento, é a noção bio-política³ que Foucault (1988) aborda.

Mas, o ponto mais interessante que podemos utilizar de Butler (2021) nessa discussão, é o aspecto de subversão e superação das condições de assujeitamento, ou seja, justamente a defesa de que as práticas discursivas e as relações de saber-poder constituíram sujeitos em estruturas sociais e políticas, mas que essas condições não são insuperáveis. Nesse sentido, não há algo na história que fora constituído e que não possa ser reapropriado, ressignificado e subvertido. Sobre esse aspecto, Butler certamente se inspira na discussão que Foucault faz a partir da *História da Sexualidade Vol. 2 – O uso dos prazeres* para, em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, desenvolver as condições de assujeitamento, mas, também, de possibilidades de pensar o sujeito enquanto reconhecedor e produtor de si mesmo, daquilo que diz e daquilo que faz, pelo menos em alguma escala.

Na conclusão, Butler (2021) explica que os sujeitos assumem a posição de subversão não somente enquanto estão em plena oposição ao exercício punitivo e repressivo, mas, também, enquanto estão dentro dos moldes e práticas de regulação e normalização do gênero, do sexo, da identidade, do corpo, enquanto fazem parte da mecânica do poder. Ao analisar as possibilidades de prática e reconhecimento do feminismo (e do sujeito do feminismo), ela ressalta e indica o meio possível dessa subversão: “A tarefa aqui não é celebrar toda e qualquer nova possibilidade *como* possibilidade, mas redescobrir as possibilidades que *já* existem, mas que existem dentro de domínios culturais apontados como culturalmente inteligíveis e impossíveis.” (BUTLER, 2021, p.256). Isto significa dizer que nossa possibilidade de ação e subversão se dá dentro dos mecanismos e práticas do poder, aos quais fazemos parte.

³ A noção de “bio-política” em Foucault denota o teor de controle que o poder tem sobre a vida das pessoas, isto é, a vida biológica das pessoas, de suas necessidades fisiológicas até seus desejos corporais. A “bio-política” transforma o sujeito e seu corpo em sujeitos da sexualidade. É a noção de que o saber biológico não está dissociado da política, mas, pelo contrário, eles de certa forma se alimentam e são, ao menos no âmbito da sexualidade, coexistentes. É o poder político que dá conta da vida de seres vivos, e que desse modo, acessa os corpos. Foucault usa o termo “bio-política” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”. (FOUCAULT, 1988, p. 134). A “bio-política”, ainda, é mais que um adestramento dos corpos dos sujeitos, ela é a previsão, a matemática, a contabilidade desses corpos vivos.

Nesse sentido, positivamente, Foucault em *O que são as luzes*⁴ propõe nos dedicarmos a uma ontologia histórica de nós mesmos, de modo que reconheçamos que estamos, enquanto sujeitos, já posicionados num contexto de relações e práticas. Isso certamente impossibilita recuarmos a uma essencialidade. E principalmente, nos comprometendo com esse exercício de forma crítico-prática, entendendo as ultrapassagens possíveis sobre o sujeito, no interior das relações estruturais de poder, mas, ainda assim, nos denotando certa autonomia e produção do que nós somos.

a crítica vai se exercer não mais na pesquisa das estruturas formais que têm valor universal, mas como pesquisa histórica através dos acontecimentos que nos levaram a **nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos**, pensamos, dizemos. Nesse sentido, essa crítica não é transcendental e não tem por finalidade tornar possível uma metafísica: ela é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método. (FOUCAULT, 2000, p. 347-348, grifo nosso)

Essa ontologia histórica de nós mesmos também não pode ser universalizante e radical. Deve considerar que os ambientes, contextos e discursos são mutáveis e possuem uma multiplicidade de formas e possibilidades, tanto quanto as possibilidades de assujeitamento dos sujeitos – que por si só já são diversas –, e, ainda, tanto quanto a possibilidade de fazer de nós - sujeitos - algo de diferente. Ou seja, o objetivo é poder olhar para as contingências que formam e transformam o sujeito, assim como é feito com as ciências, com a política e com a história, e mais do que somente aceitar o assujeitamento passivo dentro dessas contingências, poder transformar a nós mesmos.

2.3 – Performances de gênero e formas de exercer sexualidade

Considerando o processo da produção das normas e contingências de gênero e sexualidade, que citamos no ponto anterior: coerências e incoerências a que se refere Butler (2021), e marginalizações constantemente geradas pelos processos de poder e de repressão que, aparentemente, recaem também sobre a questão do gênero. Surge então a defesa de certa autonomia em torno da sexualidade, mas, mais ainda, em torno do que se chama de identidade de gênero. Muito se reproduz de um discurso emancipatório do

⁴ Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento / tradução: Elisa Monteiro. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (P. 335-351)

próprio corpo e sexualidade que, na prática, reforça certos tipos de controle repressivo. Por exemplo, as argumentações de que as pessoas transgênero teriam nascido “no corpo errado”, pois a natureza dessas pessoas seria do outro gênero, e não ao qual elas foram designadas. Mas, que natureza, autonomia e liberdade seriam essas de se buscar e reconhecer seu gênero e sua sexualidade em termos “naturais” se, o que se tem de fato, como vimos, são sexualidades e gêneros historicamente constituídas pelo exercício do poder? O outro gênero, o outro corpo, ou o outro sexo, já estão definidos pela constituição da sexualidade sobre o sujeito e pelo exercício do poder.

Butler (2021) aborda esse tema da seguinte forma: essa separação entre o corpo e uma essência ou natureza internas – que para as pessoas trans se mostra na forma de erro ou de deslocamento –, demonstra uma busca e uma problematização do “interno” e “externo”. Nessa problematização, o “erro” interno é a tradução de uma incoerência em relação às normas e a cultura instituídas sobre os corpos, que retratam o externo. A autora entende que só existe essa distinção de uma identidade que seja interna, se for em relação a um corpo externo que, na configuração estrutural e histórica desses corpos, cria uma fronteira mediadora de padronização dos corpos e das identidades. É basicamente a busca de uma estabilidade normativa dos corpos e das identidades de gênero. E que transforma em coisa estranha, abjeta, em “outro”, o que estaria – ou que teria sido colocado – fora dessa fronteira estável da identidade do sujeito. Daí a marginalização de certos corpos e certas práticas sexuais e de gênero. A autora explica: “Se o “mundo interno” já não designa mais um *topos*, então a fixidez interna do eu e, a rigor, do local interno da identidade do gênero se tornam semelhantemente suspeitos” (BUTLER, 2021, p. 232).

A autora ainda retoma a discussão que Foucault faz em *Vigiar e Punir*, sobre a internalização da lei enquanto essência dos corpos punidos. Isso não estaria apenas no sistema punitivo pois, dessa perspectiva, a atuação da lei no processo de internalização trabalharia na positivação de uma “alma” do sujeito, isto é, uma essencialidade, nos termos de Butler: uma *identidade*. A defesa de Foucault está, então, na ideia de que a alma não é ilusória, como cogitamos acima. Ela é “permanentemente produzida em torno, sobre e dentro do corpo” (FOUCAULT, 1995, p. 29, tradução nossa). Isso parece fazer com que a ideia de essência, de alma, ou de uma identidade interna seja também *efeito e produção* de relações de poder que trabalha sobre os corpos, os significam e os tornam um recinto de instaurações, vitais e sagradas.

Para Butler o gênero é produzido e refletido no sujeito em mais de uma forma, o exemplo que já vimos mostra que há uma produção disciplinar e estabilizadora do gênero enquanto binaridade e heterossexualidade compulsória. E uma outra face possível, e complementar, do gênero, é essa da internalização, da produção de um efeito de núcleo, de uma essência ou substância interna dos corpos, reforçado pelos atos, gestos e desejos do sujeito.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2021, p. 236).

Incorporar a questão do gênero ao problema de uma identidade internalizada e substancializada recai, justamente, no problema inicial que vimos em Foucault (1988), da utilização estratégica do discurso sobre o sexo, agora na perspectiva de Butler (2021), também sobre o gênero, e sobre os corpos. Isso mostra também o quanto o dispositivo de sexualidade parece não cessar de atuar nas urgências do processo de reconhecimento e identificação dos sujeitos que ele produz. Isso faz com que os indivíduos imaginem e busquem uma emancipação falsa de si. O objetivo deveria ser por uma emancipação crítica e consciente de suas condições. Os corpos trans não estão em “naturezas erradas”, eles estão subjugados e assujeitados por normas prático-discursivas que os colocam na busca de uma natureza que não existe.

Assim como vimos na sexualidade descrita por Foucault (1988), Butler (2021) entende que o gênero também passa pela “confusão subversiva” – que não é de todo diferente da hipótese repressiva –, e também pela proliferação constante e categorizada de uma identidade fantasiosa que se mantém sob o papel de um gênero constituído. A análise genealógica mostra justamente que a busca por uma *origem* do conceito de gênero e de identidade são inebriadoras dos fatos e das condições materiais dos sujeitos. O caminho estaria em perceber como esses conceitos, assim como os de sexo e de sexualidade, são efeitos de instituições, práticas e discursos.

Entender o problema da identidade requer que passemos pela noção de *performatividade*, conceito importante na proposta de Butler (2021), que é entendida como os modos de expressão, ação e desejo articulados entre si e postos em ato sobre os sujeitos, de modo a reforçar uma identidade que foi completamente *forjada* no interior

dos corpos assujeitados. Isso significa dizer que: “Não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados.” (BUTLER, 2021, p. 56). Ou seja, as expressões do sujeito não são resultado de sua performance, mas os meios pelos quais a identidade é constituída no teor de uma fantasia, que é ao mesmo tempo uma técnica discursiva de desfoque da materialidade das relações postas, pois se traduz nas expressões dos corpos. Até porque, explica Butler (2021), o gênero é um *ato* na medida em que a ação do gênero requer uma *performance repetida*, contínua e processual.

A heterossexualidade, e mesmo a homossexualidade, bissexualidade (e qualquer outro tipo de sexualidade) são completamente perpassadas pela norma discursivo-jurídico-política da estrutura de performance binária – de masculino/feminino – de gênero. Todavia, qualquer posicionamento de subversão do desejo e do sexo parecem esbarrar no muro de uma “unidade” do gênero, que “é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2021, p. 67). Isso significa dizer que o gênero já fora concebido no interior dessa prática reguladora, e que dentro de suas possibilidades e identidades criadas até então, não escapamos da regulação do poder. Mais ainda, que as formas de *performatividade* que assumimos são como produções e reproduções – às vezes subversivas, às vezes não – da prática discursiva e reguladora dessas identidades binárias e heterossexuais.

Todavia, Butler (2021) nos diz que já não é possível a busca pela identidade de nós mesmos sem a perspectiva da identidade de gênero. Para buscarmos alguma identidade e produção de nós mesmos, não é possível partir de um momento pré-contingencial, onde não seríamos perpassados pela marca do gênero. Só faz sentido buscarmos alguma emancipação a partir do que já somos – sujeitos de práticas históricas e discursivas do poder. A autora ressalta que é preciso percebermo-nos – como Foucault também propõe, em *O que são as luzes* –, enquanto sujeitos de uma continuidade e coerência normativa e produtiva. A partir daí, buscar o que, de diferente, podemos fazer de nós mesmos.

A perspectiva de reconhecimento e de produção de si no sujeito traz toda uma nova roupagem para os limites e problemas tratados até aqui. É justamente na ontologia crítica e histórica de nós mesmos que está a possibilidade de perceber e entender nossas

ações, desejos e expressões. Foucault entende que: “Trata-se, em suma, de transformar a crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível” (FOUCAULT, 2000, p. 347). Isto significa dizer que a ontologia crítica de nós, enquanto sujeitos histórico-morais, ocorre, necessariamente de forma crítica, nas próprias contingências a que fomos constituídos. Foucault define, ainda, um *ethos* filosófico para a ontologia crítica de nós mesmos “como uma prova histórico-prática dos limites que podemos transpor, portanto, como o nosso trabalho sobre nós mesmos como seres livres”. O teor pragmático e o esforço de buscar essa atitude crítica que Foucault (2000) faz nesse texto, mostra como os meios de superação das práticas e estratégicas do poder está, de fato, em como transpomos na prática – por meio do que ele chama de “atitude experimental” – os limites de exercício e regulação do poder. Nos termos de Butler (2021), a “atitude experimental” é a performance, é ela que nos possibilita o reconhecimento de nós e de nossas contingências e, mais ainda, que possibilita a ação e o impulso de desafiar as condições de constituição em torno do sujeito.

A noção de *performance* para Butler é essencial, porque parece denotar um caráter tanto de controle, nessas contingências às quais nossas expressões são reproduzidas e condicionadas, quanto de possibilidade de ação do ser assujeitado. Basicamente, nós seríamos sujeitos de sexualidades diversamente constituídas, que possuímos uma identidade que está completamente forjada e presa às normas de gênero. Essas condições constituem, de maneira generalizada na sociedade, uma série de formas de expressar a identidade de gênero e a sexualidade. Essas expressões são fruto do caráter de performance que os sujeitos são levados a assumir, e é nesse caráter performático que o sujeito teria a possibilidade de agir.

É interessantíssimo o exemplo utilizado por Butler por meio da citação de Newton:

Em sua expressão mais complexa, [o travesti] é uma dupla inversão que diz que “a aparência é uma ilusão”. O travesti diz [curiosa personificação de Newton]: “minha aparência ‘externa’ é feminina, mas minha essência ‘interna’ [o corpo] é masculina.” Ao mesmo tempo, simboliza a inversão oposta: “minha aparência ‘externa’ é masculina, mas minha essência ‘interna’ [meu eu] é feminina.” (NEWTON, 1972, p. 103 apud BUTLER, 2021, p. 236)

É importante a observação primeira de que, assim como percebem Newton e Butler, a inversão é causada pela identificação e reconhecimento da performance travesti

com o feminino, desse modo, ressalto que, em respeito à luta e ao reconhecimento das pessoas que assim se identificam, o artigo a ser utilizado também deve ser sempre o artigo feminino (a travesti), ou se for o caso, o artigo neutro. Observação essa que cabe agora, em 2021, ano em que esse trabalho está sendo construído, e que não visa culpabilizar as autoras, ou a tradução, pela não absorção desse modo mais respeitoso de se referir.

Ainda sobre a citação: a condição performática que assume a travesti, de reconhecimento feminino, na identificação masculina (pela estrutura de gênero assumida e atribuída pela sociedade), me parece um ótimo exemplo de subversão das normas de gênero, justamente porque rompe com a significação binária do gênero e da produção de verdadeiro e falso por meio de um corpo e uma identidade que não vivenciam essa suposta presunção. Assim como faz a performance *drag*, que intencionalmente, e de forma artística, confunde o espectador com a anatomia do performista e o gênero performado. É um exercício de *desnaturalização de gênero* que a performance possibilita, uma paródia do que Butler (2021, p. 237-239) chama de mito de originalidade do gênero, que escancara que o gênero nunca fora original em nenhum aspecto.

Para atrelar ao sujeito a noção de *agência*, isto é, do *sujeito agente*, é necessário considerar que o discurso e suas práticas têm a possibilidade de abertura para a subversão do poder e do assujeitamento. Que tem a possibilidade de superação, de em um momento ser algo e, em outro momento, ser alguma outra coisa. Isso não é tão estranho se entendermos que o discurso, sem ser subvertido, sempre apresenta nele mesmo alterações e complexidades intrínsecas às relações de poder, às quais é submetido e incorporado. Ora, por que não usar a prática discursiva para tirar o sujeito de um movimento de passividade, de repetição e determinação performativa e perpetuação do assujeitamento que sofre? Desse modo, o sujeito enquanto agência tem a possibilidade de agir sobre o discurso, lhe dando outro fim. Ressignificando a linguagem, a norma e as contingências que o constituíram, na tentativa de constituir a si mesmo de outra forma.

O sujeito entendido como agente deve ser um sujeito “diversamente construído no e através do ato.” (BUTLER, 2021, p. 246). Mas é importante ressaltar que, para Butler, esse sentido de sujeito agente não é o mesmo do sujeito autofundante do essencialismo filosófico – pois este último é afirmado numa estrutura pré-discursiva –, mas, ao contrário, de um sujeito constituído nas práticas histórico-culturais e discursivas, que tem a possibilidade de agir sobre si e de não ser completamente determinado e impossibilitado

de escapar a essa condição. Ao que parece, Butler entende a determinação e a ação dos sujeitos, passíveis de existirem simultaneamente. Até porque, se a noção de ação desconsiderar a determinação que o sujeito sofre, cairia no núcleo da teoria essencialista do sujeito. O “eu” não existe antes da significação material e discursiva.

O que Butler (2021) propõe para essa possibilidade do sujeito parece ser a tarefa de entender a identidade, o “eu”, como uma *prática* significativa que, conseqüentemente, requer uma noção de sujeito culturalmente inteligível, que não deixa de ser, em momento algum, efeito das práticas discursivas que sofre, mas que também interfere nesse discurso.

“O sujeito não é *determinado* pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação *não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição* que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes. Em certo sentido, toda significação ocorre na órbita da compulsão à repetição; a ‘ação’, portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação dessa repetição.” (BUTLER, 2021, p. 250)

Isso resultaria, portanto, na condição de que a ação e as possibilidades de inteligibilidade relacionadas aos sujeitos, somente possam ocorrer no *interior* das práticas e relações constitutivas-significantes-repetitivas do poder. Ou seja, é a possibilidade de *subversão da identidade* do gênero e das formas de sexualidade patriarcais, impostas aos corpos pelas normas reguladoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o percurso que fizemos para entender os aspectos reguladores e constitutivos da sexualidade, do gênero e da identidade atrelada a ela, e do sujeito, podemos perceber – e responder as dúvidas iniciais – que a repressão não constitui de fato essas instâncias contingenciais. Apesar de existir e incidir sobre nossos corpos de maneira brutal, a repressão é secundária e não produz nossa sexualidade e identidade de gênero como comumente pensamos.

Antes da repressão, estão as relações histórico-discursivas de poder, que trabalham sutilmente por meio de dispositivos e normatizações institucionais para constituir sujeitos de certas sexualidades, sujeitos com certas identidades e reconhecimentos coerentes e padronizados de gênero.

Me parece fundamental perceber que além de lutar pela superação do aspecto repressivo, que tentemos superar principalmente o aspecto constituinte que sofremos das relações de poder. Não de modo fantasioso, pensando que nos libertaremos por completo da noção do poder e de sua atuação onipresente, buscando certa liberdade natural e original. Mas de modo realista e pragmático, assumindo a realidade e contingência que nos assujeita de forma crítica e histórica, e mais ainda, de forma estrutural. Comprando a proposta de Butler, que ressignifiquemos a performatividade repetitiva e normalizadora de nossas identidades e de nossos gêneros, que façamos paródia da coerência fundamentalmente construída pelo poder.

Entendermo-nos como sujeitos agentes torna esse trabalho um instrumento ético e político, que provocou mudanças pessoais profundas, e que despertou certo olhar crítico para entender, ao menos em parte, o que é o sujeito em relação à sexualidade, ao gênero, etc., e o que sou eu, enquanto sujeito produzido dentro dessas condições e práticas discursivo-reguladoras.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. / Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. – São Paulo, Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish: The birth of the prison*. / Tradução Alan Sheridan. – Nova Iorque, Second Vintage Books Edition, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* / Tradução: Elisa Monteiro. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (P. 335-351)

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. / Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. – Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. / Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 8ª ed. – Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*; Tradução Renato Aguiar. – 21ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

AGUIAR, Luiza. *Produção de identidades, performatividade e política na filosofia de Judith Butler* / Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia. – Uberlândia, 100p., 2020.

CASTRO, Edgardo; *Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores* / Tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)* / Tradução Vera Porto Carrero. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais* / Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. – São Carlos: Claraluz, 2005.